

## Um ministério para a outra economia

(\*) João Roberto Lopes Pinto

Os muitos que generosa e penosamente construíram o projeto político, representado em boa medida pelo PT, sabem que a história não dá saltos para frente, tampouco para trás. Está claro que as dificuldades e os reveses sofridos no plano federal somente podem ser enfrentados pondo-se no centro da ação política a experimentação de projetos coletivos por parte dos movimentos sociais. Talvez o maior pecado do Governo Lula vem sendo exatamente o de ousar e avançar pouco nesta direção.

Atualmente, estratégias de desenvolvimento que, de fato, geram trabalho e renda norteiam a atuação do movimento social. Os dados sobre a perda de centralidade do trabalho assalariado já são por demais conhecidos. 56% dos ocupados no país estão na “informalidade”. Se retiramos desse grupo os casos dos assalariados sem carteira, teremos algo em torno de 40% de trabalhadores não-assalariados no país. Ou seja, trabalhadores que estão operando – como micro-empresendedores, trabalhadores cooperativados, conta-própria e produtores rurais familiares – uma economia cujo tamanho nos impede de qualificá-la como franja do chamado setor formal.

Mas tal parece ser a maneira pública com que se insiste em tratar essas outras formas de trabalho. Atividades cujos dois únicos destinos seriam o “empresendedorismo” ou a absorção pelo emprego formal, quando não criminalizadas e reprimidas. A solução aí parece ser simples. De um lado, desburocratização e facilidade fiscal e creditícia para a pequena empresa e, de outro, redução de encargos trabalhistas que onerariam o emprego. Em que pese a pertinência dos incentivos para o micro-empresendedor, a aposta tende a ser, portanto, no velho modelo *self made man* ou no rebaixamento das expectativas por direitos. Grande é o risco de soluções desse tipo não livrarem essas formas de trabalho da precariedade que costuma caracterizá-las, acabando muitas vezes por reforça-la.

Mas uma outra agenda pública é possível e já acontece. Uma agenda que inclui os trabalhadores não-assalariados como agentes de desenvolvimento econômico e social. Além do seu peso econômico, essas formas de trabalho trazem singularidades que, quando potencializadas, representam aumento efetivo da capacidade produtiva e de geração de trabalho e renda, sem cair na concentração econômica típica dos processos de “crescimento sem desenvolvimento”.

Embora haja diferenças entre tais atividades, existe um aspecto comum que se refere ao fato de que nelas praticamente não há separação entre capital e trabalho. Ou seja, são atividades que contribuem, com enorme debilidade é certo, para a desconcentração da propriedade e, portanto, da renda. Além disso, como o trabalho não possui a mobilidade característica do capital, a inserção dessas atividades no tecido sócio-produtivo demanda estratégias de desenvolvimento territorial, local ou regional.

Cabe, pois, avançar na descentralização econômica em direção a essas atividades no território. Não se trata apenas de disponibilizar os fatores e incentivos produtivos, mas induzir e fortalecer formas integradas e combinadas de aplicação destes recursos. A integração no território, favorecendo a apropriação de cadeias produtivas ou a formação de consórcios de produção e/ou consumo a partir de arranjos cooperativos, se apresenta como desafio para as políticas voltadas ao desenvolvimento. A constituição de empreendimentos associados tem a vantagem de, ao combinar recursos, obter maiores

chances de inserção no mercado. E ao caracterizar-se por uma gestão compartilhada, assegurar uma distribuição eqüitativa da riqueza.

Já existem demandas por um desenvolvimento desconcentrado a partir da promoção e integração de atividades não-assalariadas. Chama atenção a novidade representada pelo movimento de economia solidária, que procura organizar as diversas formas de empreendimentos associados (cooperativas ou grupos de produção, consumo e serviço; redes de troca; fundos solidários, moedas sociais; comércio justo; consumo ético etc.). A cidadania aí reivindicada está no direito de participar dos mecanismos de produção e distribuição da riqueza. A criação da inédita Secretaria Nacional de Economia Solidária, sob o comando do Prof. Paul Singer, no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego representa outra presença na agenda pública, ainda que tímida, desses direitos emergentes.

Mas o tratamento das outras formas de trabalho não-assalariadas precisa ganhar o relevo e a importância pública correspondentes com a dimensão econômica e política assumida por esse segmento. Caberia indagar, então, por que não um ministério para essa outra economia? Pois o desafio vai além da gestão do ambiente macro-econômico através de políticas fiscais e monetárias menos restritivas. Faz-se necessária, portanto, uma aposta pública em um desenvolvimento de fato inclusivo, porque concilia o crescimento da capacidade instalada com a criação de novas oportunidades produtivas a partir do território.

(\*) Coordenador do Programa Economia Solidária do Ibase.